

Renegociação mais... 25 JAN 1986

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

e sabe-se que o Tesouro considera que um acordo com o Brasil está bem próximo.

Do lado brasileiro, por sua vez, há disposição para fazer concessões. Uma fonte do governo disse que o que vinha sendo entendido pela administração anterior da Fazenda como princípios inegociáveis não mais o serão. Tudo será passível de discussão. Um exemplo: o Brasil vinha insistindo em fixar uma percentagem automática de refinanciamento pelos bancos credores, de 60% do total dos juros devidos. Os

bancos norte-americanos e canadenses consideram esse pedido impossível de ser atendido, pois equivaleria, do ponto de vista contábil, a uma capitalização de juros.

O governo brasileiro está disposto, agora, a rever este princípio. Fará o que os credores sempre consideraram o melhor: apresentará um pedido específico de recursos para este ano (e talvez o próximo), baseado em projeções revistas dos números básicos da economia.

Outro item antes considerado inegociável era a aceitação pelos credores do princípio da "securitização" como condição para firmar um acordo de

médio prazo. Para isso, os bancos teriam de aceitar conceder um "waiver" a uma cláusula contratual presente nos acordos anteriores que cria obstáculos jurídicos sérios a transformação da dívida em títulos.

O Brasil aceita abrir mão dessa exigência. A hipótese de "securitização" poderá ser incluída no acordo, mas nos termos que o governo norte-americano e os bancos consideram aceitáveis, isto é, como parte de um "menu de opções" voluntárias.

A questão mais complicada a superar certamente será encontrar termos adequados para um acordo com o FMI (que poderá começar a ser discutido em fevereiro). O FMI, segundo uma fonte muito próxima a ele, não considera que o Brasil tenha uma política econômica já estabelecida. Ao contrário, o FMI preferiu não começar a conversar seriamente até agora exatamente à espera de que o governo brasileiro definisse sua política, isto é, "sua política fiscal, monetária e de balanço de pagamentos", especifica a fonte.

O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, havia acertado informalmente com o FMI os termos do "pacote" fiscal que tentou, sem sucesso, fazer aprovar pelo presidente da República. Se o "pacote" tivesse entrado em vigor, técnicos brasileiros teriam ido a Washington na primeira semana de janeiro e uma missão negociadora do FMI teria vindo ao Brasil já em meados deste mês.

A mutilação do "pacote" de Bresser fez a discussão — e o cronograma original — voltar à estaca zero, apesar do explícito desejo do novo ministro da Fazenda em tentar acelerar os entendimentos. A fonte expli-

ca que a negociação só deverá deslanchar quando o FMI julgar que o País tem, de fato, um programa econômico minimamente razoável para discutir, o que ainda não seria o caso. Nesse sentido, o esforço que está sendo feito por grupos de trabalho na Fazenda para rever a política fiscal e as projeções orçamentárias pode ajudar.

E ilusório imaginar que o FMI aceitará firmar um acordo com o Brasil respaldado simplesmente na promessa brasileira de cumprir o orçamento em vigor. Não há nenhuma mudança operacional importante no procedimento do FMI. O que existe são algumas ideias ainda embrionárias sobre alterações em critérios de condicionalidade e extensão dos prazos de verificação de cumprimento de metas, que deverão compor a agenda de discussões do encontro da primavera (abril) dos países-membros do FMI. Muito tempo deverá passar antes que se transformem em medidas práticas.

Também é verdade, contudo, que o FMI tem sido obrigado a responder, com frequência cada vez maior, a pressões do governo norte-americano para fechar parcialmente os olhos em relação ao estrito cumprimento de certas metas, quando um acerto politicamente delicado está sob ameaça — como aconteceu com a Argentina — ou seja, se a administração norte-americana quiser que o FMI faça um acerto com o Brasil, o acerto acontecerá.

Em qualquer hipótese, contudo, há limites para a flexibilidade do FMI e é aconselhável que o governo brasileiro esteja preparado para adotar medidas adicionais de ajuste fiscal, se quiser chegar a bom termo.